

JUSTIFICATIVA

Senhores(as) Vereadores(as);

Apresentamos à deliberação desta E. Casa de Leis a presente proposição, que tem por objetivo aprimorar o Código de Proteção ao Verde (Lei nº 3.308/1999) do Município de Garça, tornando obrigatória a retirada integral dos troncos remanescentes após a supressão de árvores.

A medida se justifica para assegurar melhores condições ambientais, urbanísticas e de segurança, já que a permanência de troncos no passeio gera riscos aos pedestres, compromete a acessibilidade, prejudica a manutenção adequada do espaço urbano, dificulta a recomposição vegetal e pode favorecer a proliferação de organismos nocivos.

Ao estabelecer prazo para retirada dos troncos, e definir claramente a responsabilidade de cada agente envolvido na supressão, o Projeto proporciona maior segurança jurídica, eficiência administrativa e proteção ambiental.

Destaca-se que a iniciativa não apenas corrige lacuna normativa, mas também padroniza procedimentos, melhora a gestão urbana e contribui para que os espaços públicos se mantenham acessíveis, seguros e adequados ao uso coletivo.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação da presente proposição.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

LEANDRO MARINO
Vereador – NOVO

PEDRO SANTOS
Vereador – PL

PROJETO DE LEI

(de autoria dos Vereadores Leandro Marino e Pedro Santos)

ALTERA A LEI Nº 3.308, DE 11 DE MARÇO DE 1999 (CÓDIGO DE PROTEÇÃO AO VERDE DO MUNICÍPIO), PARA TORNAR OBRIGATÓRIA A RETIRADA DE TRONCOS DE ÁRVORES SUPRIMIDAS

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 3.308, de 11 de março de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 8-A. A supressão de vegetação de porte arbóreo implica, obrigatoriamente, na retirada integral do tronco remanescente, incluindo sua base, após o corte da árvore.

§ 1º A retirada do tronco deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da supressão, salvo apresentação de justificativa técnica ao órgão ambiental competente.

§ 2º Quando a supressão ocorrer a pedido do proprietário do imóvel ou de concessionária de serviço público, a remoção do tronco e a restauração do passeio afetado será de exclusiva responsabilidade do solicitante, observadas as normas técnicas aplicáveis.

§ 3º Quando a supressão for executada pelo Município, competirá ao órgão responsável promover a completa remoção do tronco e a adequada restauração do passeio afetado.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

S. Sessões, assinado e datado eletronicamente.

LEANDRO MARINO
Vereador – NOVO

PEDRO SANTOS
Vereador – PL